



# Paim quer estatuto e piso nacional para frentistas



Fenepospetro

Senador volta a defender, em audiência da CDH (foto), projeto que regula tanto as atividades dos postos como a profissão de frentista. Segundo a Fenepospetro, há no País 500 mil trabalhadores em 38 mil postos pelo Brasil. Raimundo Nonato dos Santos representou o presidente em exercício da CNTC, Levi Fernandes Pinto, durante o debate.

Página 8

## Palavra do presidente

As reivindicações da classe trabalhadora continuam neste segundo semestre de 2011

Página 3

## Dilma assina decreto garantindo antecipação do 13º salário

Publicado decreto da presidenta Dilma Rousseff (foto) que autoriza a antecipação de parte do 13º salário na folha de agosto. O crédito para cerca de 24,6 milhões de beneficiários será feito junto com a folha de agosto, depositada entre os cinco últimos dias úteis do mês e os cinco primeiros dias úteis de setembro.

Página 7

agenciabrasil.gov.br



## Projeto apresentado na Câmara flexibiliza direitos trabalhistas

Presidente da Comissão de Trabalho, Silvio Costa (PTB-PE), apresentou o PL 1.463/2011, que cria o Código de Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas. Na prática, desmonta o Direito do Trabalho, que no Brasil é norma de ordem pública e caráter irrenunciável.

Página 2

## Pautas dos trabalhadores no Congresso

Segundo semestre deve ter atenção redobrada dos trabalhadores, em especial na Comissão de Trabalho que, no início desta legislatura, aprovou propostas que podem prejudicar os assalariados, tanto da iniciativa privada, quanto do setor público

Página 7

camara.gov.br



google

## Presidente do TST defende aviso prévio proporcional

Segundo João Oreste Dalazen (foto), presidente do Tribunal Superior do Trabalho, assim que determinar as novas regras, o Supremo colocará em prática a proporcionalidade prevista na Constituição que ainda não foi regulamentada pelo Congresso Nacional.

Página 5



## Salário do brasileiro sobe e desigualdades caem

As mudanças econômico-sociais dos últimos 50 anos tem alterado a renda e a estrutura dos brasileiros. Pela primeira vez, o Brasil passa a combinar uma ampliação da renda por habitante à redução das desigualdades na distribuição da renda pessoal. A informação foi divulgada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e é parte de um comunicado sobre mudanças na renda e estrutura ocupacional nacional.

Segundo os dados apresentados, já é possível 'observar uma redução nas desigualdades no interior da distribuição pessoal da renda do trabalho que, pela primeira vez, acompanhou a elevação da renda per capita dos brasileiros'.

Isso significa que, ao recuperar o valor real do salário mínimo nacional e expandir as vagas, o mercado passou a absorver uma parcela maior de trabalhadores que encon-



travam-se na base da pirâmide social, reduzindo a taxa de pobreza no País.

Tal mudança de perfil se deve a uma série de mudanças. As transformações produtivas que impulsionam o setor terciário na geração de empregos são algumas delas. Na primeira década de 2000, a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, aproximando-se de quase 59% de todos os postos de trabalho. Em compensação, as demais fai-

xas de remuneração caíram de posição.

Para se ter uma ideia, dos 2,1 milhões de vagas abertas no ano, em média, 2 milhões se deram entre pessoas que recebiam até um salário mínimo mensal – o maior saldo líquido foi contabilizado na década passada, quando atingiu um valor 44% superior ao verificado em 1980 e 1990 e 22% maior que o do decênio de 1970.

Desde 2004, é registrada a expansão média anual da renda per capita dos brasileiros em 3,3%, com melhora do índice da situação geral do trabalho ao ritmo de 5,5% ao ano. E esta não foi a única melhora observada. A participação no rendimento do trabalho na renda nacional também cresceu: foram 14%,8% entre os anos de 2004 e 2010. Neste mesmo período, inclusive, o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda foi reduzido em 10,7%.

## Alerta! Projeto apresentado na Câmara flexibiliza direitos trabalhistas

O presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Silvio Costa (PTB-PE), apresentou o PL 1.463/2011, que cria o Código de Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas. Sob o pretexto de modernizar as relações de trabalho e com o argumento de que "o protecionismo exagerado na legislação laboral brasileira é, hoje, um óbice ao dinamismo do mercado de trabalho, além de contribuir para reduzir as perspectivas de entrada no mercado de trabalhadores já discriminados como mulheres,

jovens e idosos", o deputado propõe a flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil.

Pela proposta de Código – que possui 240 artigos e está organizado em quatro livros (I - Do Direito Individual do Trabalho; II - Do Direito Coletivo do Trabalho; III - Das Penalidades; e IV - Das Disposições Transitórias) – os direitos mínimos previstos podem ser alterados por meio: 1) de convenção ou acordo coletivo de trabalho; ou 2) acordo individual, desde que o trabalhador perceba salário mensal igual ou superior a dez vezes

o limite do salário de contribuição da Previdência Social.

O Código também trata da terceirização, da organização sindical e do financiamento das entidades sindicais, do direito de greve e do processo de negociação, individual ou coletiva, além dos quoruns e penalidades na hipótese de descumprimentos das regras e procedimentos previstos. Bem formulado, o Código, na prática, desmonta o Direito do Trabalho, que no Brasil é norma de ordem pública e caráter irrenunciável.



# As reivindicações da classe trabalhadora continuam neste segundo semestre de 2011

**A** CNTC, juntamente com o movimento sindical brasileiro, está sempre na luta buscando por melhores condições de trabalho para milhares de trabalhadores nas diversas categorias que representa, além de também se mobilizar pelo direito dos aposentados e pensionistas. E a maioria dos projetos sobre estes assuntos estão em discussão no Congresso Nacional. Temos que ressaltar que muitos lá estão em tramitação há anos, e que o Legislativo tem a obrigação de pautar os de prioridade da classe trabalhadora. Em suma, os trabalhadores e aposentados exigem maior empenho, neste segundo semestre legislativo, perante as diversas reivindicações trabalhistas.

Por isto, nós aprofundaremos e priorizaremos ainda mais nosso trabalho em prol da regulamentação da categoria comerciária, da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário (PEC 231/95), e contamos com o compro-

misso dos parlamentares em aprovar essa matéria em caráter definitivo no Congresso Nacional. Outro ponto a ser mencionado como prioridade é a luta contra a terceirização e todas as formas de precarização das relações trabalhistas, bem como na defesa da saúde do trabalhador e de sua segurança nos locais de trabalho.

Outros dois projetos, sendo um complementar, também podem ser objeto de apreciação no plenário da Câmara e merecerão toda a nossa atenção. O PL 3.299/08, do senador Paulo Paim (PT-RS), que extingue o Fator Previdenciário para que o salário de benefício (aposentadoria) volte a ser calculado de acordo com a média aritmética simples até o máximo dos últimos 36 salários de contribuição, apurados em período não superior a 48 meses. E a proposta da área do governo, que seria uma alternativa ao fim do Fator, instituindo a "Fórmula 85/95", que é a soma da idade, com o tempo de contribuição,



**Levi Fernandes Pinto**  
Presidente em Exercício da CNTC

de 85 anos para as mulheres e 95 anos para os homens.

Ainda, outro projeto que retorna a pauta do colegiado é a Contribuição Sindical, que defendemos em conjunto com o movimento sindical como um dos pilares da independência e fortalecimento das entidades em geral, uma vez que esse instrumento representa a segurança para os trabalhadores de que seus sindicatos, federações e confederações, enfim, que o movimento sindical estará dotado de condições materiais para melhor defender os seus interesses.

Temos visto e merecem maior atenção ainda, notícias sobre projetos em tramitação no Congresso a respeito da Contribuição Sindical. Algumas defendendo a contribuição facultativa, outras a definição de valores através de assembléias. Todavia, não se pode imaginar uma entidade que nasça só com deveres sem um mínimo de autonomia econômica.

## Artigo

# Esperança e expectativa

O sindicalismo brasileiro vive momentos de expectativa na esperança de dias melhores. Seria para nós, sindicalistas, um momento histórico a notícia da revogação da maldada Portaria 186, que tanto transtorno trouxe ao seio do sindicalismo brasileiro, onde verdadeiros aproveitadores, sem nenhum compromisso com a classe trabalhadora, tentam invadir áreas de sindicatos operantes, que ao longo dos anos vêm prestando relevantes serviços aos trabalhadores da categoria.

Tais aventureiros, que só pensam no seu bem estar, fazem de tudo para desestabilizar a estrutura sindical e estabelecer o caos, prejudicando os trabalhadores e os sindicatos que há anos foram criados obedecendo aos princípios constitucionais. Outro momento de plena felicidade para os sindicalistas seria a aprovação, pelo Congresso Nacional, das 40 horas semanais, a revogação do Fator Previdenciário e a aprovação do projeto de lei que regulamenta a nossa laboriosa categoria de "Comerciário". Nesta



**Edson Geraldo Garcia**  
Presidente da FETRACOM GO/TO e Diretor da CNTC

expectativa de dias melhores seria a notícia da regulamentação do artigo 8º da Constituição Federal que tornaria sem efeitos os atos do precedente normativo 119 do TST

e aí não teríamos a interferência do Ministério Público do Trabalho, que tanto tem prejudicado autênticos sindicatos que ficam sem recursos para desenvolver um melhor tra-

balho junto à categoria, haja vista que seus recursos vêm diminuindo a cada ano.

Portanto, companheiros, os desafios são enormes. E não podemos desanimar e nem cruzar os braços frente aos rumores e na expectativa de sermos surpreendidos com projetos ou medidas provisórias que venham dificultar a vida dos trabalhadores, suprimindo ou flexibilizando direitos adquiridos. Devemos estar sempre alertas para não sermos surpreendidos e não permitirmos a supressão de direitos garantidos na CLT. Vivemos uma época em que as dificuldades se multiplicaram e nos desafia, mas com firmeza de propósito, equilíbrio, bom senso e muita luta venceremos, pois não faltará em nós sabedoria nem tão pouco a iniciativa construtora e nem a capacidade realizadora de sindicalistas íntegros.

Aos sindicatos, órgão orientador por excelência, cabe a defesa dos trabalhadores. Defender os seus direitos e tomar-lhe a defesa toda vez que se fizer necessário.

# Presidente Levi participa da reunião do Conselho de Representantes da FECONESTE



Feconeste

O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, participou da reunião do Conselho de Representantes da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do Norte e do Nordeste – FECONESTE, realizada na sede da filiada em Recife/PE, no dia 9 de julho (fotos).

Em sua fala, Levi pontuou acerca das diversas ações e bandeiras que a CNTC tem participado junto ao Congresso Nacional. Especialmente, o reconhecimento da categoria dos comerciários e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Valmir Lima, presidente da FECONESTE, agradeceu a honrosa visita e empenhou o incondicional apoio da Federação e dos seus 30 sindicatos filiados e vinculados à Presidência e à Diretoria da CNTC.



## CNTC sedia encontro de blogueiros progressistas

O ex-presidente Lula fez duras críticas à imprensa na abertura do 2º Encontro Nacional dos Blogueiros Progressistas, realizado na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) (foto), em Brasília. Lula exaltou o trabalho feito por blogs independentes durante a campanha eleitoral do ano passado e lembrou do episódio em que o ex-candidato à presidência José Serra (PSDB) foi atingido por uma bolinha de papel.

“Vocês evitaram que a sociedade brasileira fosse manipulada como durante muito tempo foi. Vocês evitaram que os chamados falsos forma-

dores de opinião pública que, às vezes, não convencem nem quem está em casa assistindo, ditassem regras. Nunca me preocupei com crítica se ela for verdadeira, me preocupo com inverdades, má-fé, más informações, como aquela pedra, aquele meteorito de papel que bateu na cabeça de um candidato no ano passado”, disse.

Durante todo o discurso de abertura, Lula foi ovacionado pelos presentes sempre que criticava a imprensa. “O sucesso dos blogueiros independentes e livres é a seriedade, quanto mais atacarem vocês, mais vocês têm que agir com seriedade. Temos que ganhar deles na



google

imagem que a sociedade vai ter da gente, não digo isso como cidadão, mas como ex-presidente: sei o bem

que vocês fizeram para a democracia não deixando a sociedade acreditar em todas as mentiras”.

## Sitramico elege nova diretoria

Leonardo Luiz de Freitas é o novo presidente eleito do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Minas Gerais (Sitramico). A chapa única foi eleita com 81% dos votos válidos, em consulta aos trabalhadores, realizada nos dias 6 e 7 de junho. A nova diretoria tomou posse no dia 29 de julho.

Segundo Freitas, a nova diretoria tem como principal meta aproximar mais Sindicato e Trabalhadores, duplicando o número de filiados nos próximos três anos. “Nossa meta é representar com mais efetividade os trabalhadores mais sofridos dentro da categoria, que estão principalmente dentro dos depósitos de



botijão de gás”, explica. Segundo o Sitramico, é nessas empresas que mais acontece o descumprimento de

Convenção Coletiva, com empregos precários e que colocam em risco a segurança do trabalhador.

Sitramico

### Homenagem de Armando Gonçalves Portela

É com grande honra, como presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de Alagoas (inclusive Pesquisas de Minérios) e na pessoa de Raimundo Miquilino da Cunha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Distrito Federal e da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, que saúdo a nova diretoria, que era presidido por Carlos Alberto Rezende Diniz. Agora será dirigido por uma das maiores revelações de liderança sindical do Brasil, que é o companheiro Leonardo Luiz de Freitas.



# Presidente do TST defende aviso prévio proporcional

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen (foto), defendeu a decisão do Supremo Tribunal Federal de alterar a regra de contagem do prazo mínimo para aviso prévio. Segundo ele, assim que determinar as novas regras, o Supremo colocará em prática a proporcionalidade prevista na Constituição que ainda não foi regulamentada pelo Congresso Nacional.

“Não se pode dar tratamento igual a empregados com tempos diferentes de casa”, disse em evento organizado no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas. No dia 22 de junho, o STF começou a julgar quatro Mandados de Injunção que alegam falta de regulamentação do artigo 7º, inciso XXI, da Constitui-

ção Federal, pelo Poder Legislativo. Conforme o dispositivo, o aviso prévio deve ser “proporcional ao tempo de serviço”. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, mas os ministros adiantaram que não devem formatar uma regra geral, mas sim comunicar ao Congresso a demora na elaboração de um projeto de lei. Uma possível regra determinada pelo Supremo, segundo o consenso, valeria apenas para o caso concreto analisado.

O aviso prévio é devido ao trabalhador demitido sem justa causa e deve ser de, no mínimo, 30 dias. Quando a empresa não deseja que o trabalhador continue no local de trabalho durante o período, deve indenizá-lo com o valor de um salário.



## Dissídios têm validade de 4 anos

As negociações coletivas frustradas entre sindicatos de trabalhadores e empresas, normalmente levadas anualmente ao Judiciário, podem tornar-se esparsas e até comprometer o reajuste salarial de algumas categorias. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou um precedente normativo pelo qual reconhece o prazo de validade de até quatro anos da sentença normativa, resultado do dissídio coletivo. Apesar de a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já prever esse período, na prática muitos juízes aplicavam o prazo de validade de apenas um ano.

O TST reafirmou no precedente normativo nº 120 que deve ser utili-

zada a validade máxima prevista na lei e que as partes, após um ano, podem pedir revisão do que foi decidido, se assim quiserem. Para isso teriam que entrar com um novo pedido de reconsideração na Justiça, que será avaliado pelo juiz responsável. O precedente, apesar de não possuir efeito vinculante, serve de norte para outros tribunais.

A validade de quatro anos para as sentenças é considerada muito longa, pois isso pode trazer dificuldades tanto para empresas quanto para trabalhadores. Uma vez que a tendência é respeitar acordos coletivos anteriores, todos terão que ficar muito atentos a isso, já que a validade de agora poderá ser maior.

## Fecerj realiza I Encontro de Advogados Trabalhistas

Foi realizado no dia 22 de julho, na sede da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Fecerj), o I Encontro de Advogados Traba-



lhistas (foto), que teve como tema, A Ação Civil Pública como Instrumento da Atividade Sindical e como palestrante o Exmo. Dr. Eduardo Henrique Raymundo Von Adamovich, Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho da Comarca de São João de Meriti, que discorreu sobre tais questões com grande desenvoltura e conhecimento de causa. Prestigiaram o evento, o corpo jurídico e dirigentes das entidades sindicais da base da FECERJ.

## Decisão judicial impede utilização de mão de obra aos domingos

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí, no Rio Grande do Sul, obteve novamente a antecipação de tutela contra a utilização de mão-de-obra aos domingos. Na ação o Sindicato argumentou que a Lei Municipal limita a abertura do comércio de segundas a sábados, inexistindo, portanto, a possibilidade de abertura aos domingos. A competência para o Município legislar sobre a matéria está amparada na Constituição Federal e Lei Federal 11603/2007. A decisão foi expedida pelo Juiz da Vara do Trabalho de Ijuí. “Os trabalhadores do comércio estão atentos aos movimentos das redes de varejo nesta questão e nos avisam quando há a intenção de burlar a lei municipal em detrimento do direito dos trabalhadores”, diz a presidente do Sindicato Rosane Simon. “Estamos alertas em relação a esta questão”.

Esta disputa entre o comércio varejista e os trabalhadores do comércio sobre o funcionamento das lojas em domingos e feriados teve decisão recente no Tribunal Superior do Trabalho (TST). O entendimento majoritário da Corte é de que



o trabalho nesses dias depende de autorização em convenção coletiva - mesmo o domingo, não previsto em lei - e cumprimento de legislação municipal.

“É muito necessário ressaltar a importância da atuação coletiva na defesa dos direitos dos trabalhadores. Desde a vigilância dos comerciantes que nos trazem as questões que os preocupam em seus locais de trabalho até a atuação do Sindicato na defesa dos interesses da classe comerciária. Esta atuação conjunta nos dá a dimensão exata do que é a atuação sindical. Cada trabalhador tem o seu papel. É na união dos trabalhadores pela defesa e ampliação dos seus direitos que o sindicato se torna forte e assim obtém os resultados. Sindicato forte se faz com trabalhador sindicalizado” conclama Rosane Simon.

# Presidente da CNTC empossa diretoria da FETRACOM/MS

Comerciários de Mato Grosso do Sul estão somando forças com a categoria nos demais Estados para conseguir a regulamentação da profissão. Um projeto com este propósito tramita no Congresso Nacional e já avançou em algumas Comissões, destaca Levi Fernandes Pinto, presidente em exercício da CNTC, que esteve em Campo Grande para empossar a nova diretoria da FETRACOM (Federação dos Empregados no Comércio e Serviços de Mato Grosso do Sul). A Federação é presidida por Idelmar da Mota Lima, que foi reeleito e empossado no cargo para o quadriênio julho de 2011/15.



Sidney Ribeiro, Anízio Thiago, Levi Fernandes - presidente da CNTC, Idelmar da Mota Lima - presidente da Fetracom, João Spontoni e Célio Rodrigues

“A regulamentação da profissão é uma das nossas maiores bandeiras de luta hoje no Brasil”, afirmou Levi, que pediu o apoio das lideranças sindicais locais para pressionar a bancada federal do Estado no Congresso para agilizar a tramitação e aprovação da matéria. Na solenidade de posse, o pre-

sidente da Federação, Idelmar da Mota Lima, também reafirmou a importância da regulamentação dos comerciários: “Somente dessa forma vamos acabar com muitas injustiças e explorações verificadas hoje contra nossa categoria, como desvio de função e outros tipos de exploração”.

A solenidade de posse contou com a presença de lideranças sindicais de todo o Estado e autoridades. Entre elas, Anízio Thiago, superintendente regional do Trabalho e Emprego, Célio Rodrigues Neves, assessor da presidência da CNTC e José Lucas da Silva, coordenador regional do Fórum Sindical dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul – FST/MS.

## Sindicato dos Empregados no Comércio de Goiás busca aproximação com a classe comerciária

O Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado de Goiás, presidido por Eduardo Amorim, inaugurou, no dia 4 de julho, uma nova sede em Aparecida de Goiânia, Caravelo e Região (foto). De acordo com o prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, que prestigiou a nova sede do SECEG, ações como as propostas pelo Sindicato oferecem benefícios e proporcionam qualidade de vida à população e aos comerciários, além de funcionarem em parceria com a administração pública.

“Nesta moderna sede, os trabalhadores poderão ter acesso a serviços como assistência médica, prática de exercícios físicos, entre outros benefícios. Com isso, o Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, fica desafogado e é oferecido à população um atendimento de qualidade superior”, ponderou o prefeito.

Prestigiaram o evento vários políticos locais e sindicalistas da região, como o presidente da Federação e Diretor da CNTC, Édson Geraldo Garcia.



## Armando Gonçalves Portela na Academia Alagoana de Cultura



O companheiro Armando Gonçalves Portela de Moraes (foto), presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de Alagoas, foi empossado como 2º vice-presidente da Academia Alagoana de Cultura, em evento ocorrido no dia 16 de junho, em Maceió/Alagoas.

Armando Portela ingressou na Academia Alagoana em 13 de dezembro de 2007, como sócio honorário e em 10 de dezembro de 2008 como sócio-efetivo, passando a ocupar a Cadeira nº 2, que tem como antecessor Jarbas Elias da Rosa Oiticica e Patrono Úlpio Paulo de Miranda.

## Mulheres unidas pela promoção da igualdade

Este foi o tema do Seminário das Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais realizado nos dias 27 e 28 de maio, na cidade de São Paulo (foto).

Temas como “Análise de Conjuntura”, “Concepções das Centrais sobre a Questão de Gênero”, “Lei Maria da Penha”, “Projeto de Lei da Igualdade (PL 4857-A/2009 e PL 6653/2009) e PSL 136/2011 entre outros foram discutidos durante o seminário. O norte principal destes projetos é criar mecanismos para garantir a igualdade. Os presidentes das Centrais Sindicais participaram



da abertura do evento em apoio à luta das mulheres.

Bernadete Lieuthier, da Coordenação das Mulheres da CNTC, participou do evento representando a UGT de Pernambuco, juntamente com Normélia Nogueira, Secretária da Mulher da UGT do Distrito Federal e Stela Pudo, presidente do Sindicato dos Profissionais de Secretariado do Município de Santo André e Região/SP e também vice-presidente da Federação Nacional das Secretárias e Secretários –FENASSEC. Bernadete ressaltou a importância do encontro com a união das centrais por uma luta justa e igualitária.



# Dilma assina decreto garantindo antecipação do 13º salário

Foi publicado, no dia 22 de julho, no Diário Oficial da União (DOU) decreto, da presidenta Dilma Rousseff, que autoriza a antecipação de parte do 13º salário na folha de agosto. O decreto também é assinado pelos ministros da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e da Fazenda, Guido Mantega.

O crédito para cerca de 24,6 milhões de beneficiários será feito junto com a folha de agosto, depositada entre os cinco últimos dias úteis do mês e os cinco primeiros dias úteis de setembro. No ano passado, a primeira parcela do 13º foi antecipada a 23,6



milhões de beneficiários e representou uma injeção de recursos de R\$ 9 bilhões na economia dos municípios.

É a sexta vez que a Previdência paga antecipadamente uma parcela dessa gratificação. A primeira foi em 2006, resultado de acordo firmado entre o governo e as entidades representativas de aposentados e pensionistas. Em sua maioria, receberão 50% do valor do benefício. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro. Neste caso, o valor será calculado proporcionalmente.

## Que esperar do Congresso Nacional para o segundo semestre

Os trabalhadores terão dificuldades para aprovar seus pleitos no Congresso Nacional, seja por incompatibilidades das negociações com o governo, em se tratando dos servidores, seja por incompreensões do setor empresarial para buscar entendimento com os trabalhadores do setor privado.

O governo, com maioria expressiva no Congresso - na Câmara pode chegar a 430 deputados, no Senado a 60 membros da base de apoio - tem o controle das votações e pode orientar sua base de acordo com a conveniência política do momento. Outro fato favorável para o governo é o controle da pauta do Poder Legislativo.

Na relação entre trabalhadores da iniciativa privada e o Congresso Nacional, as dificuldades esbarram em uma bancada empresarial com mais de 270 deputados e 27 senadores.

Entre esses parlamentares, boa

parte pertence à base de apoio do governo e influenciam na pauta de votações no Congresso Nacional, o que pode atrapalhar a votação de bandeiras históricas dos trabalhadores, como a PEC da redução da jornada de trabalho.

No plenário da Câmara dos Deputados, três das principais reivindicações da classe trabalhadora aguardam na fila de votações. Duas são propostas de emenda à Constituição e necessitam de quorum qualificado, ou seja, 308 votos para aprovar as matérias. Entre as matérias que necessitam de quorum elevado, destaque para a PEC 231/95, que reduz a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário, e aumenta o valor da hora extra normal para 75%. A matéria precisa ser votada em plenário em dois turnos.

O movimento sindical brasileiro prepara uma mobilização nacional



para pressionar o Congresso a votar a PEC. Para o início de agosto, cerca de 100 mil trabalhadores ocuparão as ruas de São Paulo, prometem os dirigentes sindicais.

Diante desse cenário, o segundo

semestre deve ter atenção redobrada dos trabalhadores, em especial na Comissão de Trabalho que, aprovou propostas que podem prejudicar os assalariados, tanto da iniciativa privada, quanto do setor público.

## Sarney elogia revisão do teto dos benefícios do INSS

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) (foto), elogiou a inclusão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012, de proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) que prevê aumento real para os aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo. "O que é bom é que votamos na LDO o aumento com o índice de inflação para os aposentados que ganham até um salário mínimo. Enquanto a Europa está vivendo um momento de acabar com o estado social de direito, nós aqui no Brasil estamos na direção contrária, estamos assegurando ao povo direitos sociais".



## Pautas dos trabalhadores nas Comissões

### - Obrigações sindicais

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara pode votar a redação final do PL 195/07, do deputado Sandes Júnior (PP-GO), que altera a redação do caput e § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Transfere do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à CEF as alterações administrativas e estatutárias que ocorrerem em sua estrutura. O relator é o deputado Luiz Couto (PT-PB).

### - Emissão CTPS pelos sindicatos

A matéria que retorna a pauta do colegiado é o PL 7.367/02, da Comissão de Legislação Participativa - (SUG 35/2002). A proposta altera o parágrafo único do art. 14 da CLT, a fim de permitir que as entidades representativas de trabalhadores emitam a Carteira de Trabalho e Previdência Social. O relator é o deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) e seu parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.





# Senador Paulo Paim defende estatuto e piso nacional para os frentistas

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender um estatuto que regulamenta tanto as atividades dos postos de combustíveis quanto à profissão de frentista. Ele reiterou, no dia 11 de julho, a proposta, após mais um debate sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (fotos), do qual é presidente.

Segundo Paim, o estatuto é necessário para reforçar a fiscalização dos postos - combatendo, assim, problemas como a sonegação de tributos e a adulteração de combustíveis - e viabilizar a criação de um piso salarial para os trabalhadores.

Durante a audiência pública, continuação de outra realizada em 20 de junho, os representantes dos frentistas afirmaram que a fiscalização atual é insuficiente e que há uma disparidade regional entre os salários dos frentistas. De acordo com o presidente da Federação Nacional dos Frentistas (Fenepetro), Antonio Porcino Sobrinho, os vencimentos podem variar entre um salário mínimo e R\$ 1.500. Ele estima que existem cerca de 500 mil trabalhadores atuando nos 38 mil postos.

## Lucros exorbitantes

Porcino afirmou que muitos postos têm lucros exorbitantes, ampliados inclusive pelas lojas de conveniências, mas que não repassam os ganhos a seus funcionários. Ele também disse que vários postos dividem os prejuízos resultantes de assaltos, cheques sem fundos ou cartões entre seus funcionários.



Paim informou que os passos para a elaboração do estatuto serão os seguintes: primeiro, a minuta do projeto de lei será elaborada por entidades como a Fenepetro,

em seguida será encaminhada à Comissão de Direitos Humanos. Acolhida a proposta pela Comissão, Paim, como presidente da CDH, indicará um relator para a matéria,

para então iniciar as discussões que resultarão na redação final do projeto. "Pretendemos envolver nessas discussões o Ministério Público, a Agência Nacional do Petróleo, a Petrobras e o PROCON, entre outras entidades", declarou o senador.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) também defendeu a regulamentação da profissão de frentista e a criação de um piso para a categoria. Já o senador Ataíde Oliveira (PSDB-TO) criticou a ausência de representantes da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis. Crítica que foi repetida por vários outros participantes. O Diretor da CNTC, Raimundo Nonato dos Santos, representou na audiência pública o presidente em exercício da CNTC, Levi Fernandes Pinto.

Fenepetro



**Centro de Eventos e Treinamentos**

SGAS 902 Sul - Bloco C  
Brasília - DF  
Fone: (61) 3214-8000  
Fax: (61) 3214-8006/8007  
eventos@cntc.com.br

[www.cet.cntc.com.br](http://www.cet.cntc.com.br)



**Referência em infraestrutura para pequenos, médios e grandes eventos em Brasília**